

Abstenção Eleitoral na América Latina: um estudo preliminar dos determinantes conjunturais.

Rafael da Silva¹

Resumo:

Na literatura, abundam estudos sobre o comparecimento eleitoral nas democracias desenvolvidas, Geys (2006), Viegas e Farias (2007). Em relação aos países latino-americanos, escassos estudos foram produzidos, conforme diagnóstico de Fornos, Power e Garand (2004). Como desdobramentos dos estudos de doutoramento, este paper se propõe a focar na dimensão oposta ao comparecimento, abstenções eleitorais. O problema que norteia esta investigação foca os aspectos macro conjunturais. Através de análise multi-nível, foi possível identificar que alguns aspectos conjunturais atuam na ocorrência das abstenções. Os dados utilizados são, a nível individual, os do do Proyecto de Opinión Pública de América Latina (LAPOP), 2004 a 2012, compilados em uma única base e disponibilizado gratuitamente, e a nível macro, foram coletados em várias fontes.

Palavras-Chave: Abstenções. América Latina. Conjuntura.

INTRODUÇÃO:

A eleição, como evento político máximo das democracias eleitorais, se constituiu em importante objeto dos estudiosos das mais diversas formações acadêmicas. Em relação as democracias consolidadas, pioneiras nos estudos eleitorais, muitos recortes, escopos e questões sobre este evento político surgiram, demandando olhares plurais. As abordagens acerca da participação e comportamento eleitoral nestes países, remontam ao final da primeira metade do século XX nos Estados Unidos, com o advento do que se convencionou chamar de modelo sociológico do voto. Outros modelos sucederam (Psicossociológico, Escolha Racional, Neo-institucionalismo), incentivando diversos estudos empíricos, que foram facilitados pelas transformações na área computacional e avanço da estatística, viabilizando estudos comparativos,

¹ Professor da Universidade Estadual de Maringá, e-mail: eu_fael@yahoo.com.br.

integrando níveis distintos em um único modelo de análise. No tocando ao tema deste trabalho, o que temos é uma vasta e densa abordagem do fenômeno oposto, o comparecimento eleitoral, que se apropriou do vasto arsenal teórico e técnico, dando enormes contribuições para a explicação dos “porquês” do comparecimento em diversos contextos democráticos.

Porém, quando deslocamos o eixo geográfico das democracias desenvolvidas, para os jovens regimes democráticos da América Latina, observamos uma área em consolidação, conforme observou a treze anos Fornos, Power e Garand (2004). Na condição de um continente de democracias jovens, de terceira onda (HUNTINGTON, 1994), é razoável esperar que a abordagem conferida as eleições não deitem raízes tão longínqua, pois, o século que encerrou, a pouco mais de uma década, foi marcado por profundas instabilidades políticas e governos autoritários, precedidos de golpes de estado. Nesse atual momento, muitas questões de pesquisa e debates teóricos, que antes eram exclusividade das democracias centrais do globo, foram trazidas para a realidade política latino-americana, inclusive a do comparecimento eleitoral. Nas democracias desenvolvidas, onde o voto facultativo é uma realidade em boa parte dos países, produziu-se um acúmulo de estudo que dissecaram os determinantes do comparecimento eleitoral, sendo trazidos e adaptados para os estudos da realidade latina. Porém, dada a singularidade da região, de democracia recente e com predominância do voto obrigatório, há que se considerar nos estudos esta singularidade dentre outras, e incentivar estudos de caráter amplos, comparativos e plurais nas buscas dos determinantes.

É nesse contexto que encaixamos este trabalho, num esforço de continuar avançando com essa agenda de estudos sobre eleições na América Latina, contribuindo, como consequência, para maior visibilidade da região, muitas vezes ofuscada pela supremacia da gigante democracia estadunidense, de um lado, e de outro, pelo histórico de instabilidade política recente, histórico este que insiste em nos assombrar ainda. Porém, a pergunta que nos move neste estudo, está relacionada com a dimensão oposta do comparecimento, que é a abstenção, e pode ser delineada da seguinte forma: *qual o peso da conjuntura na incidência das abstenções?* Ou seja, a partir desta pergunta, dois desafios precípuos se desdobram: 1- quais aspectos da conjuntura devemos considerar

e 2- como operacionalizar esses aspectos, de modo que possamos estudar a partir de modelagem quantitativa de caráter comparativo entre os países latinos.

Para responder esta pergunta, o paper está organizado da seguinte forma, além desta introdução, há uma seção destinada a uma breve incursão no debate teórico, seguida da apresentação dos aspectos da conjuntura que utilizaremos na análise. Na sequência, apresentaremos as fontes dos dados e os procedimentos e técnica de análise, seguindo da análise propriamente dita e encerrando com as conclusões, onde serão feitos alguns encaminhamentos e discussões.

A ABSTENÇÃO EM SEU OPOSTO: O COMPARECIMENTO

Como as abstenções são pouco abordadas a nível comparado entre os países, o objetivo desta etapa é buscar, em um conjunto restrito de estudos sobre comparecimento eleitoral, variáveis e *insight* que nos ajudem a pensar e operacionalizar nossas análises. Além destes referencias, buscaremos em outras abordagens, como a do voto econômico, características da conjuntura econômica que possam ser quantificadas e analisadas.

Dando continuidade, reafirmamos nossa relativa concordância com o diagnóstico de Fornos, Power e Garand (2004) acerca dos estudos sobre esta parte do continente americano. Segundo os autores,

“the studies that gave rise to these contending theoretical approaches were largely conducted among the industrialized democracies, leading us to wonder whether their findings are applicable to less developed countries with emerging democratic regimes” (FORNOS, POWER, GARAND, 2004, p. 910).

É quase uma convocação implícita para que nos voltemos à realidade latina, claro, isso no âmbito da proposta deles, mas valendo para nosso estudo sobre abstenções eleitorais. Na referência acima, os autores buscaram compreender a afluência as urnas em democracias presidencialistas em desenvolvimento, e com isso explicar os distintos padrões de comparecimento entre os países latino-americanos. São de três ordens, os fatores que explicam tais padrões distintos de comparecimento: socioeconômicos, políticos e institucionais, com a prevalência explicativa dos fatores políticos e institucionais como tempo de vida do regime, garantias de liberdades políticas, legislativo

bicameral, voto obrigatório. Advogando em favor dos determinantes institucionais, Dettrey e Schwindt-Bayer (2009), ao estudar o comparecimento em democracia presidencialistas latino-americanas, apontaram que a existência de eleições concomitantes ao cargo de presidente, junto com um presidencialismo forte e existência de dois turnos, influenciam o comparecimento dos eleitores. É importante salientar, que os efeitos destas variáveis foram controlados por outras como: número de candidatos e partidos, voto obrigatório, Liberdades/Freedom House e PIB per capita.

Geys (2006a), em uma revisão dos estudos sobre comparecimento, compilou um conjunto de preditores que influenciam o comparecimento dos eleitores às urnas. Clivagens como urbano e rural continuam importantes, dada a rede de serviços públicos disponíveis no contexto urbano que diminuem os custos do comparecimento do eleitor às urnas. A conjuntura política, quantificada por variáveis como gasto de campanha, fragmentação partidária, influencia no comparecimento, bem como variáveis institucionais como o tipo de sistema eleitoral e a existência do voto obrigatório.

No estudo sugestivo de Blais (2006), temos a indicação e reafirmação de alguns preditores importantes, tais como a obrigatoriedade do voto, o tipo de sistema eleitoral, o número de casas legislativas. No caso do sistema eleitoral, segundo Blais e Aarts (2006), o de tipo proporcional incentiva o comparecimento, por dar mais opções aos eleitores, já que esse sistema está associado ao multipartidarismo. Com dados de dois momentos específicos, do Eurobarômetro de 1989 e os dados da pesquisa “Citizenship, Involvement, Democracy” de 2002, Viegas e Farias (2007) estudaram os condicionantes individuais do comparecimento eleitoral em cinco países da Europa, com distintas trajetórias de formação, e localizados em regiões diferentes do continente: Alemanha, Holanda, Espanha, Portugal e Dinamarca. A conclusão a que chegaram foi, da passagem do primeiro momento para o segundo da pesquisa, alguns determinantes sociais perderam relevância, com exceção da idade do eleitor. Algumas variáveis de atitudes políticas, também registraram perdas de poder explicativo, mas continuam sendo bons preditores, como é o caso do interesse por política e a proximidade com partido político.

Na linha dos determinantes individuais, Carreras e Castañeda-Angarita (2012) produziram um estudo sobre a participação eleitoral na América Latina, a

partir de três grupos de variáveis independentes: capacidades individuais (renda, educação e idade), motivações individuais (interesse por política, confiança no processo eleitoral e no regime político, eficácia política, identificação partidária, dentre outras) e inserção em rede (se está inserido em alguma rede de mobilização e no mercado de trabalho). A escolaridade apresentou uma relação proporcional com a probabilidade do eleitor comparecer, eleitores de 18 a 24 anos estão mais propensos a não comparecerem. Eleitores que confiam no processo eleitoral, que nutrem interesse por política e apresentam identificação partidária, possuem maiores chances de comparecer as urnas. Aqueles integrados ao mercado de trabalho e inseridos em alguma associação cívica, também são mais propensos a comparecerem as urnas.

Estudando o mesmo objeto, as eleições, porém com outra abordagem, temos os estudos sobre voto econômico. O grande pioneiro desta abordagem foi Downs (1999) e sua “Teoria econômica da democracia”, onde argumenta, basicamente, que os atores (eleitores, partidos/políticos), guiam-se na busca da maximização dos retornos de utilidades ao menor custo possível. Sendo que a saúde da economia, através da avaliação retrospectiva, possui grande peso nos cálculos de custos e benefícios. Como desdobramento do modelo downssiano, estudos passaram a focar os efeitos que a economia produz no comportamento do eleitor e na direção dada, pelo mesmo, ao seu voto.

Nessa linha, porém, com uma visão mais suavizada de racionalidade, Key (1966), Kramer (1971) e Tufte (1978), consolidaram essa nova agenda, caracterizando o eleitor como “*self-interested voter*” (KRAMER, 1971, p. 134), portanto alguém auto interessado, que vota com o bolso. Ou seja, a saúde da economia influencia na opção que o eleitor faz na solidão da cabine eleitoral. A economia estando bem, inclina-se a votar na situação, estando mal, inclina-se pela oposição. Assim como visto anteriormente, em relação ao comparecimento eleitoral, a agenda do voto econômico voltou-se para os países desenvolvidos, mas, nas últimas décadas, surgiram estudos sobre a América Latina, Echegaray (1995, 2005) e mais recente Veiga (2013), apontou o papel dos investimentos na área social como novo preditor, surgido ao longo de uma década que conjugou estabilidade e crescimento econômico, com redução da pobreza. Enfim, como síntese deste breve apanhado, o que podemos apontar como aspectos conjunturais importantes para o estudo do nosso objeto, as abstenções, são: a

existência de eleições competitivas, o tempo de vida da democracia, as garantias das liberdades, gastos de campanha, saúde da economia, concentração populacional urbana.

OPERACIONALIZAÇÃO DOS ASPECTOS CONJUNTURAIS:

Identificado alguns aspectos importantes da conjuntura, e que influenciam o comportamento do eleitor, passamos ao “como” operacionaliza-los em hipóteses e variáveis. Antes de dar continuidade, é preciso fazer uma importante ressalva, os aspectos aqui identificados e quantificados, não esgotam a realidade do objeto estudado, mas, apenas lançam luz em algumas de suas facetas.

O tempo de vida de uma democracia, apontado por Forno, Power e Garand (2004) é um elemento importante e está ligado a tese do arrefecimento da participação eleitoral de O'Donnell e Schmitter (1986). Ou seja, com o passar dos anos de vigência de um regime democrático, as eleições experenciam taxas mais elevadas de abstenções, que aquelas registradas nos pleitos iniciais. Outro aspecto importante levantado, seja como variável explicativa ou como controle, foi a garantia das liberdades individuais, quantificadas pelo Freedom House. Essas duas variáveis, concebidas juntas, são indicativas da qualidade do regime democrático, mensurada pela longevidade da experiência democrática e o quanto ela lega a seus cidadãos garantias individuais. Assim, definimos a primeira hipótese de pesquisa nestes termos:

#H1: A qualidade do regime democrático contribui para taxas de abstenções eleitorais mais robustas. Regimes democráticos mais longevos e com maior garantia das liberdades observam maiores níveis de abstenções.

A longevidade do regime é calculado a partir do tempo que a eleição em análise, dista da última experiência autoritária. Já a garantia das liberdades será medida pelo *Voice & Accountability*, que é um indicador do Banco Mundial. A opção por ele se deu pelo fato de que o Freedom House não contemplava muitos países da América Latina. A versão final da variável é a somatória dessas duas variáveis.

Outro aspecto importante da conjuntura, trazido por Downs (1999), diz respeito ao tipo de disputa em uma eleição. Caso ela seja apertada, o eleitor se

sente mais incentivado à comparecer, pois acredita que sua participação será mais efetiva, ou como indicou Figueiredo (2008), pelo menos ele se motiva a comparecer por eliminar um voto do adversário de seu candidato preferido. Assim, a hipótese que surge possui a seguinte redação:

#H2: *Eleições com disputas apertadas são marcadas por menor incidência de abstenções.*

Não encontramos definição de eleições apertada na literatura, desta forma, estabelecemos que uma diferença entre o primeiro e o segundo colocado, que seja inferior a 5 pontos percentuais, será considerada uma eleição apertada.

Os estudos sobre voto econômico e algumas investigações sobre comparecimento eleitoral, chamaram a atenção para a importância da economia. No caso destes, nos modelos de análise do comparecimento, foi inserida uma variável de economia, o PIB per capita, como controle. Já os estudos sobre voto econômico apontaram três variáveis econômicas como fundamentais para influenciar o comportamento do eleitor: desemprego PIB e inflação. A hipótese relacionada a conjuntura econômica ficou definida assim:

#H3: *A saúde da economia impacta nas eleições. Países cujas eleições ocorrem em meio a um período de estabilidade e crescimento econômico tendem a observar um incremento nas abstenções.*

Seguindo indicação de Ribeiro, Borba e Silva (2015), que usaram o PIB em seu estudo, faremos o mesmo, utilizaremos o PIB per capita em mil dólares.

Por fim, temos a concentração urbana da população, como outro aspecto importante. Esta variável é um indicativo, uma *proxy* imperfeita, do acesso da população à serviços públicos, como transporte público, que facilitem o deslocamento. Assim, as barreiras ecológicas, neste caso a distância e o acesso as urnas, ficam dirimidas pelo fato dos eleitores terem maior possibilidade de se deslocarem até as urnas. Além disso, dada a maior concentração populacional, há uma melhor infraestrutura eleitoral como a disponibilidade de maior número de seções para atender os eleitores.

#H4: *Países que registram maior concentração percentual de população nas áreas urbanas são menos sujeitos às abstenções.*

Aqui utilizaremos o percentual de população residente em área urbana.

DAS FONTES DOS DADOS E PROCEDIMENTOS ADOTADOS:

Grande parte dos estudos acima fez uso de análises ecológicas ou individuais, a exceção de Ribeiro, Borba e Silva (2015). Ao optar por análises ecológica, faz-se uso de dados agregados, geralmente ao nível dos países, sendo que os de comparecimento ou abstenções são expressos em valores percentuais ou absolutos, disponibilizados pelos órgãos oficiais. O risco que esse procedimento implica é o da falácia ecológica, que extrapola os limites óbvios dos dados, e passa a deduz comportamentos individuais dos eleitores, a partir de informações agregadas. Por outro lado, quando aportamos os estudos em análises individuais, com uso de informações coletadas via survey, corremos o risco da falácia individualista, que desconsidera os efeitos dos contextos sobre o comportamento individual, concebendo o eleitor de forma atomizada. Porém, nossa compreensão é de que o voto, apesar de ser um ato individual, que acontece na solidão da cabine eleitoral, não é isolado de determinações sociais, econômicas e institucionais.

Desta forma, como alternativa a esses dois procedimentos de análises, e que dialoga com a compreensão acima apresentada, optamos por uma estratégia que congrega em um único modelo, informações dos contextos e dos indivíduos. Este chamamos de Modelagem Hierárquica, cuja lógica é similar ao dos modelos de regressão tradicionais, Cruz (2010), Oliveira (2013). Além de obtermos um grande ganho analítico, ao congregar dois níveis diferentes em um único modelo de análise, ganhamos também, porque o modelo nos oferece estimativas mais conservadoras, diminuindo possíveis superestimções de parâmetros. O software usado para a modelagem é o HLM 6.08 e foram seguidas as exigências do modelo apontada por Puente-Palacios e Laros (2009).

Em relação aos dados em nível individual, dentre as possibilidades de surveys aplicados na América Latina, optamos pelas ondas do Barômetro das Américas, coordenadas pelo *Proyecto de Opinión Pública de América Latina* (LAPOP)². A base utilizada é uma compilação de várias ondas de estudos, de 2004 a 2012, disponibilizada gratuitamente no site do projeto. Ao definir a base que utilizaremos, definimos também os países estudados, todos os que fazem parte das rodadas do LAPOP.

² <http://www.vanderbilt.edu/lapop/>.

Várias rodadas contidas nesta base, fazem referência às mesmas eleições, onde optamos por preservar apenas a rodada mais próxima da eleição de referência³, sendo o restante excluída. Segue um exemplo do procedimento adotado: haviam várias rodadas para o México, 2005, 2006 2007, sendo que em todas, foi perguntado ao entrevistado o que ele fez na última eleição nacional que aconteceu em 2004. Como a rodada de 2005 é a mais próxima da eleição de referência, de 2004, optamos por mantê-la e excluir as demais, procedendo desta forma com todos os outros países⁴. Também foram excluídos países que não adotam o presidencialismo, predominante na América Latina, ou que não fazem parte desta parte do continente americano: Jamaica, Guiana, Belize, Estados Unidos, Canadá e Haiti. A exclusão deste se deu pela ausência de dados no nível macro. Feita essa limpeza, restou uma base final com 57.000 casos, referentes a 38 eleições de 18 países, conforme tabela abaixo. Desta base, extraímos nossa variável critério, dependente, “Votou nas últimas eleições?”, que é uma binarização da variável original da base, ¿Votó usted en las últimas elecciones presidenciales de (año última elección presidencial)? – 1 Sí Voto ou 2 No Votó, que assumiu os seguintes valores: 1- Não votou e 0 – Votou.

³ Para identificar as eleições de referência, foram analisados todos os questionários, rodada a rodada e país por país.

⁴ Para identificação das eleições de referência, foram consultados todos os questionários.

Tabela 1: Rodadas do LAPOP, eleições de referência e países

<i>País</i>	<i>LAPOP - Ano da Rodada</i>	<i>Eleição de Referência das Sondagens</i>
México	2004 e 2008	2000 e 2006
Guatemala	2004, 2008, 2012	2003, 2007, 2011
El Salvador	2004, 2010	2004 e 2009
Honduras	2004, 2006, 2010	2001, 2005, 2009
Nicarágua	2004, 2008, 2012	2001, 2006, 2011
Costa Rica	2004, 2008, 2012	2002, 2006, 2010
Panamá	2006, 2010	2004 2009
Colômbia	2004, 2008, 2012	2002, 2006, 2010
Equador	2004, 2008, 2010	2002, 2006, 2009
Bolívia	2006	2005
Peru	2006, 2012	2006, 2011
Paraguai	2006, 2010	2003, 2008
Chile	2006	2005/6
Uruguai	2006, 2010	2004, 2009
Brasil	2006, 2012	2006, 2010
Venezuela	2008	2006
Argentina	2008	2007
República Dominicana	2006, 2010	2004, 2008

Fonte: El Barómetro de las Américas por el Proyecto de Opinión Pública de América Latina (LAPOP), www.LapopSurveys.org. Elaboração Silva (2016).

A base de nível macro, a nível dos países, foi construída com dados de diversas fontes. Nas fontes historiográficas buscamos as idades dos regimes democráticos, a contar da sua experiência autoritária⁵. Já a variável de garantia das liberdades, *Voice & Accountability*, foi coletada junto ao *Worldwide Governance Indicators/World Bank*⁶. Os resultados eleitorais que nos possibilitaram classificar, através de uma variável dummy, as eleições em que ocorreram disputas eleitorais apertadas, foram coletados junto ao *Political Database of the Americas* da Georgetown University⁷. Dados populacionais e econômicos foram coletados no *Database* do *World Bank*⁸.

⁵ *História da América Latina*. Tomo 12 (*Política y Sociedad desde 1930*) e o tomo 14 (*América Central desde 1930*) de Bethell (2001);

- *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul* de D'Araújo e Castro (2000)

⁶ <http://info.worldbank.org/governance/wgi/pdf/va.pdf>.

⁷ <http://pdba.georgetown.edu/>.

⁸ <http://data.worldbank.org/>.

Além das variáveis centrais de nossa análise, que materializam as hipóteses e variável critério, foram selecionadas outras para servirem como variáveis de controle, conforme apontamentos da literatura, são elas:

- Voto Obrigatório: variável dummy, coletada junto ao *International Institute for Democracy and Electoral Assistance*⁹;

-Confiança nas Eleições: LAPOP, ¿Hasta qué punto tiene usted confianza en las elecciones?: escala de 1 (nada) a 7 (confia muito).

-Identificação Partidária: LAPOP, ¿En este momento, simpatiza con algún partido político?, variável “dummy” que expressa a presença/ausência do atributo IP.

-Interesse por Política: LAPOP, ¿Qué tanto interés tiene usted en la política: mucho, algo, poco o nada?: recodificada para uma escala de 0 (nenhum interesse) a 3 (muito interesse).

-Escolaridade: LAPOP, ¿Cuál fue el último año de educación que usted completó o aprobó?), cuja escala de anos de estudo varia de 0 (sem escolaridade) a 18 (pós-graduação).

-Ser Jovem: variável idade recodificada para “dummy”: ser jovem, que agrega os eleitores de até 29 anos, com valor 1 (um) e os não jovens, valor 0 (zero).

Mais detalhes sobre as variáveis utilizadas no estudo, ver tabela abaixo.

Tabela 2: Descrição das variáveis do modelo:

Tipo	Descrição	Nível	Escala	N
Critério	Votou nas Últimas Eleições	Micro	(1) Sim - (0) Não	57000
Controle	Voto Obrigatório	Macro	(1) Sim - (0) Não	38
H1	Qualidade da Democracia	Macro	Escalar	38
H2	Eleições Apertadas	Macro	(1) Sim - (0) Não	38
H3	PIB <i>per capita</i>	Macro	Mil US\$	38
H4	População Urbana	Macro	% Hab. Urbano	38
Controle	Ser jovem (até 29 anos)	Micro	(1) Sim - (0) Não	56867
Controle	Escolaridade (anos de estudos concluídos)	Micro	0 - 18	55261
Controle	Interesse por Política	Micro	0 - 3	44663
Controle	Confiança nas Eleições	Micro	01/jul	40679
Controle	Identificação Partidária - IP	Micro	(1) Sim - (0) Não	41320

⁹ <http://www.idea.int/>.

ANÁLISE DO MODELO:

Procederemos as análises das hipóteses expressas nas variáveis discutidas acima (Qualidade da Democracia, Eleições Apertadas, PIB *per capita* (Mil US\$) e População Urbana) e em seguida veremos o comportamentos das variáveis de controle.

#H1: *A qualidade do regime democrático contribui para taxas de abstenções eleitorais mais robustas. Regimes democráticos mais longevos e com maior garantia das liberdades observam maiores níveis de abstenções.*

A variável apresentou significância, nos autorizando a continuar a sua análises. Qualidade da Democracia atendeu às expectativas teóricas, apresentando impacto positivo nas chances de um eleitor latino se abster, na ordem de 1,5% a cada aumento na escala de qualidade do regime.

#H2: *Eleições com disputas apertadas são marcadas por menor incidência de abstenções.*

Com significância garantida, eleições apertadas estimulam mais os eleitores a comparecerem as urnas, reduzindo a probabilidade dele se abster, na magnitude de 37%, constatação que se coaduna com os apontamentos da teoria.

#H3: *A saúde da economia impacta nas eleições. Países cujas eleições ocorrem em meio a um período de estabilidade e crescimento econômico tendem a observar um incremento nas abstenções.*

Com significância garantida, cada acréscimo de mil dólares na renda *per capita*, reduz as chances do eleitor se abster em 10%.

#H4: *Países que registram maior concentração de população nas áreas urbanas são menos sujeitos às abstenções.*

Esta variável não passou pelo crivo da significância, o que nos desautoriza seguir com a análise.

Tabela 2: O Modelo de Análise

Variáveis	Coeficiente	Razão de Chance (%)
Macro		
Voto Obrigatório	-0.420738**	-34%
Qualidade da Democracia	0.015261*	1,50%
Eleições Apertadas	-0.459124**	-37%
Pop. Urbana	-0.013744	-----
PIB <i>per capita</i>	-0.105675**	-10%
Micro		
Confiança nas Eleições	-0.039803*	-4%
Id. Partidária	-0.724973*	-52%
Interesse por Política	-0.136895*	-13%
Escolaridade	-0.064731*	-6%
Ser Jovem	1.238257*	245%
<i>Constante</i>	-1.109.083	
N Macro	38	
N Micro	57.000	
CCI	10%	
*Sig. <= a 1%		
**Sig. > que 1% a 5%		

Fonte: Bethell (2001), D'Araújo e Castro (2000), Georgetown University, World Bank, IDEA, Trinity College Dublin, LAPOP (2004-2012), elaboração do autor.

Em relação as variáveis de controle, os resultados que obtivemos foram os seguintes:

- Voto Obrigatório: variável significativa, a existência do instituto da obrigatoriedade, reduz em 34% as chances do eleitor se abster;
- Confiança nas eleições: dentro do limite de significância, confiar na integridade do processo eleitoral, reduz em 4% as chances do eleitor não comparecer as urnas;
- Identificação Partidária: apresentando significância, eleitores que apresentam identificação com algum partido político estão menos propensos a se absterem, na ordem de 52%;
- Interesse por política: dentro do nível de significância, o eleitor que se interessa por política está menos propenso a se ausentar no dia da votação, em 13%;
- Escolaridade: assegurado o nível de significância, a cada aumento na escala de escolaridade, reduz em 6% as chances do eleitor se abster;

- Ser Jovem: apresentando nível de significância, eleitores jovens são mais propensos a se absterem, na ordem de 245%.

CONCLUSÕES:

A abstenção eleitoral é um objeto multifacetado, o que implica afirmar a amplitude do leque causal que incide sobre ela. A literatura especializada apontou alguns, nós optamos por fazer um recorte, centrando nos preditores conjunturais que, somados as variáveis de controle, contempla aspectos importantes do evento político em estudo: macro conjunturais, institucionais e individuais. Porém, tantos outros enfoques poderiam ser feitos e trazer outras contribuições. Um primeiro balanço geral, observamos que, das quatro hipóteses do trabalho, duas foram validadas (Qualidade da Democracia e Eleições Apertadas), uma refutada (Saúde da Economia) e uma não apresentou significância (Concentração Urbana da população).

A qualidade da democracia se mostrou uma variável importante, por sistematizar duas informações básicas de um regime (tempo de vida e garantias das liberdades individuais), quanto maior o seu valor, maior a qualidade da democracia em um país, obviamente, nos quesitos quantificados. A validação da hipótese confirma o que as expectativas teóricas indicaram, regimes estáveis convivem com níveis consideráveis de abstenções, sem comprometer estruturalmente o sistema democrático em vigor. Por um lado a tese do arrefecimento da participação eleitoral de O'Donnell e Schmitter (1986) foi corroborada. Por outro, a validade da associação entre garantias das liberdades e níveis elevados de abstenção, mostra que nestes ambiente, esta opção é legitimamente aceitável como livre manifestação do “querer” do eleitor. No contexto de plenas liberdades, certo nível de abstenção não fere a legitimidade democrática.

A confirmação da hipótese das eleições apertadas mostrou que o eleitor responde, com sua presença a urna, as mobilizações das campanhas, quando o cenário é de indefinição, ao final da corrida eleitoral. Vários aspectos estão na órbita dessa hipótese: a) o resultado apertado é apenas o desfecho de uma disputa acirrada ao longo da campanha e que, devido a isso, ativou o interesse de um número maior de eleitores; b) esse acirramento e o aumento do interesse

deixa a campanha mais viva no cotidiano dos eleitores, levando-os a conversar mais sobre assuntos ligados a disputa; c) toda essa situação que se constrói, incentiva o comparecimento dos eleitores no dia da votação e, por consequência direta, uma redução nas taxas de abstenções.

Já a saúde da economia, operacionalizada pelo PIB *per capita* em milhares de dólares, foi refutada, apresentando efeito contrário ao esperado, que seria um incremento nas abstenções. Apesar deste resultado contrapor-se aos apontamentos de Ribeiro, Borba e Silva (2015), não é totalmente estranho, Segundo o voto econômico, o ato de votar é uma função da saúde da economia, estando bem, os eleitores votam nos candidatos do grupo político que está no poder, caso contrário, os beneficiários são da oposição. Porém, é possível derivar outra leitura racionalista, a economia estando estável, conforme observado na América Latina na década de 2000, o eleitor considere que o custos do ato de votar é maior que qualquer ameaça a estabilidade. Além disso, Veiga (2013) nos mostrou, quanto ao direcionamento do voto, que os gastos com políticas sociais exerceram peso maior que a saúde da economia.

Passando para as variáveis de controle, temos o voto obrigatório, apesar das diferenças entre os países que adotam a obrigatoriedade, de alguma forma ela incentiva, em diferentes graus, o comparecimento. Mas vale ampliar a discussão sobre a obrigatoriedade, pois seus efeitos não são homogêneos, conforme apontou Santos (1987) e Power (2009), em um país sob a vigência da obrigatoriedade, existem níveis distintos de comparecimento segundo as regiões geográficas e os estados. Birch (2009) mostrou que os efeitos positivos no comparecimento são maiores quando a obrigatoriedade é acompanhada por sanções, caso o eleitor não compareça.

No plano individual, das variáveis de controle, temos as variáveis que expressam proximidade do eleitor com o mundo político, a identificação partidária e o interesse por política. Estas apresentaram efeitos consideráveis, diminuindo as abstenções. Já os eleitores jovens, estão mais propensos a um afastamento das formas convencionais de participação política, fenômeno também observado nas democracias desenvolvidas. A escolaridade se mostrou um bom preditor, conforme observado em diversos estudos sobre participação política, sendo importante recurso individual para este tipo de participação. Esta variável capta e quantifica aspectos da estrutura social que desaguam em

indicadores de acesso à educação formal. Eleitores oriundos de níveis inferiores da estrutura social, tendem a apresentar níveis baixos de educação. O mesmo ocorre com o oposto: os eleitores de níveis superiores da estrutura social, apresentam níveis educacionais mais elevados. Ou seja, certas variáveis do *status* socioeconômicos são boas *proxys* da estrutura social, e a escolaridade é uma das principais. A integridade do processo eleitoral é outro elemento importante, que contribui para uma crença no regime e para uma maior participação eleitoral. Eleitores que afirmam acreditar na integridade do processo de escolha dos governantes, estão menos sujeitos a se ausentarem no dia da votação. Por fim, este trabalho lançou luz em um determinado espectro do evento eleitoral, evidenciando aspectos importantes no que diz respeito às abstenções, não esgotando porém, a abordagem conferida a ele.

REFERÊNCIAS:

BETHELL, Leslie. **História de América Latina**. Tomo 12 (Política y Sociedad desde 1930) e o tomo 14 (América Central desde 1930). Barcelona: Critica, 2001.

BIRCH, S. **Full Participation: A Comparative Study of Compulsory Voting**. Manchester: Manchester University Press, 2009.

BLAIS, A. What Affects Voter Turnout?. **Annual Review of Political Science**, vol. 9, 2006, p. 111-125.

BLAIS, A.; AARTS, K. Electoral Systems and Turnout. **Acta Politica**, 41 (2), 2006, p. 180-196.

BLAIS, A.; GALAIS, C. Beyond rationalization: Voting out of duty or expressing duty after voting?. **International Political Science Review**, 26, 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil – 1988. São Paulo: Atlas, 2005.

CARRERAS, M.; CASTANEDA-ANGARITA, N. Recurso dos eleitores e participação eleitoral da América Latina. **Em Debate**, 4(3), 2012, p. 25-40.

CARRERAS, M.; CASTANEDA-ANGARITA, N. Who Votes in Latin America? A Test of Three Theoretical Perspectives. **Comparative Political Studies**, 47(8), 2013, pp. 1079-1104.

CARRERAS, M.; IREPOGLU, Y. Trust in elections, vote buying, and turnout in Latin America. **Electoral Studies**, 32(4), 2013, pp. 609-619.

CASTRO, M. M. M. **Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral.** Rev. bras. Ci. Soc. v.7 n.20 Rio de Janeiro out. 1992

CASTRO, M. M. M. de. **Determinantes do comportamento eleitoral — a centralidade da sofisticação política.** 239 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), Universidade Cândido Mendes (Ucam), 1994.

CRUZ, C. C. M. S. **Modelos Multi-nível: fundamentos e aplicações.** Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta, Lisboa, 2010.

D'ARAÚJO, M. C.; CASTRO, C. (Orgs). **Democracia e forças armadas no Cone Sul.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

DENNY, D.; DOYLE, O. Political Interest, Cognitive Ability and Personality: Determinants of Voter Turnout in Britain. **British Journal of Political Science**, 38(2), 2008, pp. 291-310.

DETTREY, B.; SCHWINDT-BAYER, L. Voter Turnout in Presidential Democracies. **Comparative Political Studies**, 42 (10), 2009, pp. 1317-1338.

DOUGLAS, M. **Como as instituições pensam.** São Paulo: Edusp, 2007.

DOWNS, A. **Uma teoria econômica da democracia.** São Paulo: Edusp, 1999.

DOWNS, A. **Teoria económica de la acción política em uma democracia.** In: Diez textos básicos de ciencia política. 2ª ed. Ariel Ciencia Política. 2001. pp. 171-202.

ECHEGARAY, F. Voto Econômico ou Referendum Político Os Determinantes das Eleições Presidenciais na América Latina, 1982-1994. **Opinião Pública**, Campinas, Vol III, nº2, 1995, pp. 88-109.

ECHEGARAY, F. **Economic Crises and Electoral Responses in Latin America.** New York: University Press of America, 2005.

FIGUEIREDO, M. **A decisão do voto: democracia e racionalidade.** Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.

FREIRE, A. **Modelos do Comportamento Eleitoral: uma breve introdução crítica.** Lisboa: Celta, 2001.

FREIRE, A. MAGALHÃES, P. **Abstenção eleitoral em Portugal.** Lisboa: ICS – Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

GALLAGHER, M. Proportionality, Disproportionality and Electoral Systems. **Electoral Studies**, 10:1, 1991, p. 33-51.

GALLEGO, A.; RICO, G.; ANDUIZA, E. Disproportionality and voter turnout in new and old democracies. **Electoral Studies**, 31 (1), 2012, p. 159-169.

GALLEGO, A. Understanding unequal turnout? Education and voting in comparative perspective. **Electoral Studies**, 29(2), 2010, pp. 238-248.

GEYS, B. Explaining voter turnout: A review of aggregate-level research. **Electoral Studies**, 25, 2006a, pp 637-663.

GEYS, B. Rational' Theories of Voter Turnout: A Review. **Political Studies Review**, v. 4, 2006b, p. 16–35.

GEORGETOWN UNIVERSITY. **Political Database of the Americas**.

GOODIN, R. E.; ROBERTS, K. W. S. The ethical voter. **American political Science Review**, 69, 1975, p. 926-928.

GRAY, M.; CAUL, M. Declining voter turnout in advanced industrial democracies, 1950 to 1997. The effects of declining group mobilization. **Comparative Political Studies**, 33(9), pp. 1091-1122.

FORNOS, A. C.; POWER, T.; GARAND, J. Explaining Voter Turnout in Latin America, 1980 to 2000. **Comparative Political Studies**, 37 (8), 2004, p. 909-940.

HUNTINGTON, Samuel. 1994. **A terceira onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR DEMOCRACY AND ELECTORAL ASSISTANCE. **Data Base**.

KATZ, E.; LAZARSFELD, P. F. **Personal influence**: The part played by people in the flow of mass communication. Glencoe, IL: Free Press, 1955.

KEY, V. O., Jr. **The Responsible Electorate**: Rationality in Presidential Voting, 1936-1960. New York: Vintage, 1966.

KINDER, D.R., KIEWIET, D. R. Sociotropic politics: the American case. **British Journal of Political Science** 11 (2), 1981, pp. 129-161.

KRAMER, G. H. Short-Term Fluctuations in U. S. Voting Behavior. **APSR**. Vol. LXV, nº 1, 1971, pp. 131-143.

LATIN American Public Opinion Project. **Banco de dados. 2004-2012 e 2014**.

O'Donnell, G.; Schmitter, P.C. **Transitions from Authoritarian Rule**. Baltimore: John Hopkins University Press, 1986.

OLIVEIRA, O. J. **Modelos Lineares hierárquicos**. Universidade Federal do Pará, 2013.

POWELL, G. B.; WHITTEN, G. D. A cross-national analysis of economic voting: taking account of the political context. **American Journal of Political Science**, 37, 1993, pp. 391–414.

POWER, T. J. Compulsory for Whom? Mandatory Voting and Electoral Participation in Brazil, 1986-2006. **Journal of Politics in Latin America**, 1, 1, 2009, p. 97-122.

PUENTE-PALACIOS, K. E.; LAROS, J. A. Análise multi-nível: contribuições para estudos sobre o efeito do contexto social no comportamento individual. **Estudos de Psicologia**, 26(3), 2009, p. 349-361.

REMMER, K. The political impact of economic crisis in Latin America in the 1980s. **American Political Science Review**, v. 85, n. 3, 1991, pp. 777-800.

RIBEIRO, E. A.; BORBA, J.; SILVA, R. Comparecimento Eleitoral na América Latina: uma análise multi-nível comparada. **Rev. Sociol. Polit.**, 23 (54), 2015, p. 91-108.

ROLFE, M. Conditional choice: social networks and decision-making. **Presented at the 2005 Annual Meeting of the Midwest Political Science Association**, 2005.

ROLFE, M. **Voter Turnout: A Social Theory of Political Participation**. Cambridge University Press, New York, 2012.

SANTOS, A. M. Regras eleitorais importam? Modelos de listas eleitorais e seus efeitos sobre a competição partidária e o desempenho institucional. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 49, n 4, 2006, pp. 721 a 749.

SANTOS, W. G. **Crise e castigo: partidos e generais na política brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Vértice/IUPERJ, 1987.

SANTOS, W. G. **Horizonte do desejo: instabilidade, fracasso coletivo e inércia social**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

TRINITY COLLEGE DUBLIN. **Electoral Systems**.

TUFTE, E.R. **Political Control of the Economy**. Princeton University Press, Princeton, 1978.

WORLD BANK. **World Data Bank**.

VEIGA, L. Economic Voting in an Age of Growth and Poverty Reduction: Electoral Response in Latin America (1995-2010). **UC Irvine: Center for the Study of Democracy**, 2013. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/8r683983>, visitado em outubro de 2014.

VIEGAS, J. M. L.; FARIA, S. A abstenção eleitoral em Portugal: uma perspectiva comparada. In: FREIRE, A.; LOBO, M. C.; MAGALHÃES, P. Eleições e Cultura Política: Portugal no contexto Europeu. Lisboa: ICS – Imprensa de Ciências Sociais, 2007.